



CASSINO, MUSEU E PATRIMÔNIO CULTURAL DA HUMANIDADE: Polissemia de um objeto.

**RODRIGUES, RITA LAGES (1); GARCIA, LUIZ HENRIQUE ASSIS (2);
BERNARDES, ANA KARINA (3); MOURA, MARIA TEREZA DANTAS (4)**

1. UFMG. Escola de Belas Artes. Departamento de Artes Plásticas
Avenida Presidente Antonio Carlos 6627, Pampulha, BH, MG
ritalagesrodrigues@gmail.com

2. UFMG. Escola de Ciência da Informação
Avenida Presidente Antonio Carlos 6627, Pampulha, BH, MG
luhen_asgar@yahoo.com.br

3. Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte/UFMG. Escola de Ciência da Informação
Avenida Presidente Antonio Carlos 6627, Pampulha, BH, MG
akbernardes@gmail.com

4. UFMG. Escola de Belas Artes
Avenida Presidente Antonio Carlos 6627, Pampulha, BH, MG
terezamoura@gmail.com

RESUMO

O objeto de nossa pesquisa é a edificação do Museu de Arte da Pampulha, pensado em sua polissemia de museu, cassino, espaço de lazer, monumento, patrimônio da humanidade como exemplar único da arquitetura moderna. Construída inicialmente para ser Cassino, inaugurado em 1943 e desativado em 1946, em virtude da proibição do jogo no Brasil, que há quase 60 anos exerce a função de Museu, vem sendo retratado em variados suportes documentais: os jornais, atas de reuniões, relatórios de prefeitos. Ainda em seu princípio, esta pesquisa, desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa Estopim, reflete sobre questões relacionadas ao patrimônio cultural, à bens materiais e à significação destes bens, todos estes pontos pensados a partir da existência temporal dos objetos. Consideramos aqui dois pontos de inflexão, marcos temporais relevantes para captar a polissemia desse objeto. O

primeiro corresponde ao momento inicial de transformação do edifício em Museu de Arte, no ano de 1957 e o segundo problematiza o recente tombamento da Paisagem Cultural do Patrimônio Moderno. A supervalorização do prédio em função do gênio arquitetônico que o concebeu, evidente no dossiê de tombamento apresentado no momento da candidatura do conjunto arquitetônico a patrimônio cultural da humanidade à UNESCO, é um dos caminhos possíveis para a valorização do bem. Interessa-nos, sobretudo, o esforço social necessário para que ele perdure ao longo do tempo em suas múltiplas significações. É fundamental frisar o aspecto que transparece a princípio no dossiê de candidatura em que a existência do projeto original de Cassino sobrepõe-se à existência da edificação por mais de 60 anos como Museu. Quais os valores presentes na apresentação da candidatura? De que forma a ideia da originalidade e da função original perdura ainda hoje nos princípios do tombamento?

Palavras-chave: Patrimônio Cultural da Humanidade; Museu de Arte da Pampulha; História.

Introdução

A edificação que hoje é o Museu de Arte da Pampulha, em Belo Horizonte, construída inicialmente para ser Cassino, inaugurado em 1943 e desativado em 1946, em virtude da proibição do jogo no Brasil, que há quase 60 anos exerce a função de Museu, vem sendo retratado em variados suportes documentais: os jornais, atas de reuniões, relatórios de prefeitos. Tais fontes devem subsidiar uma reflexão sobre a trajetória histórica do prédio e de sua inserção na história da cidade, considerando as diferentes representações produzidas sobre ambas.

Consideramos aqui dois pontos de inflexão, marcos temporais relevantes para captar a polissemia desse objeto. O primeiro corresponde ao momento inicial de transformação do edifício em Museu de Arte, no ano de 1957, perscrutando nos diversos documentos os sentidos atribuídos a essa transformação, assim como os agentes envolvidos nesse processo que culmina com a realização do XII *Salão de Arte*. O período referente ao vazio institucional - mais de 10 anos entre a proibição do jogo e a transformação do espaço em Museu – deverá ser abordado em sua própria historicidade, permitindo inquirir sobre os inúmeros caminhos que a edificação poderia ter seguido, mas que acabaram por transformá-la em espaço museal.

O segundo problematiza o recente tombamento da Paisagem Cultural do Patrimônio Moderno. A supervalorização do prédio em função do gênio arquitetônico que o concebeu, evidente no dossiê de tombamento apresentado no momento da candidatura do conjunto arquitetônico a patrimônio cultural da humanidade à UNESCO, é um dos caminhos possíveis para a valorização do bem. Interessa-nos, sobremaneira, o esforço social necessário para que ele perdure ao longo do tempo em suas múltiplas significações. É fundamental frisar o aspecto que transparece a princípio no dossiê de candidatura em que a existência do projeto original de Cassino sobrepõe-se à existência da edificação por mais de 60 anos como Museu. Quais os valores presentes na apresentação da candidatura? De que forma a ideia da originalidade e da função original perdura ainda hoje nos princípios do tombamento?

Propomos um trabalho efetivo e crítico a partir da documentação para compreender-se adequadamente as relações e ações sociais que transmutam o edifício ao longo do tempo, produzindo a polissemia do objeto arquitetônico que foi, e é, Museu de Arte, Cassino e exemplar fundamental da arquitetura moderna.



De Cassino a Museu

Quando Belo Horizonte foi inaugurada, em 1897, a região da Pampulha era uma área rural, ocupada por diversas fazendas que serviram para abastecer a nova capital de Minas Gerais. Tratava-se de uma região irrigada por vários riachos e córregos como, por exemplo, o riacho Pampulha, córrego Olhos D'Água e Braúnas.

Com o crescimento populacional da cidade acima do previsto, na década de 1930, havia uma grande falta de abastecimento de água. Este fato fez com que o prefeito Otacílio Negrão de Lima (1935-1938) percebesse na região da Pampulha e sua vasta hidrografia, uma possibilidade de solução para este problema. Assim, em 1936, iniciaram-se as obras para a construção da barragem da Pampulha, sob responsabilidade do engenheiro Henrique de Novais. As fazendas foram desapropriadas e em parte inundadas para a criação da Lagoa da Pampulha.

Inaugurada em 1938, a barragem da Pampulha nunca chegou a alcançar seu objetivo inicial, servindo apenas para abastecer a própria região. Entretanto, Otacílio Negrão de Lima constatou que a lagoa e o seu entorno eram propícios para abrigar locais de recreio e lazer.

Quando assumiu a Prefeitura de Belo Horizonte em 1940, Juscelino Kubistchek buscou promover uma modernização da cidade. Dando continuidade à ideia de transformar a Lagoa da Pampulha e seu entorno em um polo de lazer e turismo, convidou Oscar Niemeyer para elaborar os projetos dos edifícios que comporiam o Conjunto Arquitetônico da Pampulha – Cassino, Casa do Baile, Iate Clube, Igreja São Francisco de Assis, Golf Club (onde funciona hoje o Zoológico) e um hotel, cuja construção não passou dos alicerces. O urbanista Alfred Agache recomendara a JK o uso da área da Pampulha para solucionar problemas habitacionais de Belo Horizonte, tal sugestão não se efetivou, sendo a Pampulha transformada em um pólo de lazer e turismo (GARCIA, 2007, p.93; CASTRIOTA, 2006, p. 78-79). Regina Helena Alves da SILVA auxilia a reflexão sobre a forma como a cidade era pensada em fragmentos nesse momento, não mais em sua totalidade: “Juscelino é um exemplo de administrador que parou de pensar a cidade como um todo e que passa a se

preocupar com a área mais visível, com os lugares que deveriam se transformar em espetáculo” (SILVA, 1991, p.44).

O Cassino, inaugurado em 15 de maio de 1943, foi a primeira obra concluída do conjunto. Esse prédio “colocou Belo Horizonte a par da moda mundial” (SOUZA, 1988, p.188), dando uma maior visibilidade para a capital mineira. Segundo Juscelino Kubistchek, a edificação refletia o seu vertiginoso progresso, tornando-se ainda o espelho da cultura mineira, e para isso não foram medidos esforços no sentido de dar à capital uma obra original, atraente e moderna. (BELO HORIZONTE, 1941, p. 42).

Esse tipo de atração para a cidade já havia sido pensada desde os tempos da sua construção. Quando o cassino começou a funcionar, à população de Belo Horizonte foram conferidas novas aspirações no morar e no convívio social, imprimindo-lhes ainda mais o desejo de serem modernos. (SOUZA, 1988, p.197)

No entanto, quando em 1946 foi decretada a proibição de jogos de azar no Brasil, o cassino e conseqüentemente todo o conjunto da Pampulha sofreu um processo de decadência, em função da mudança no uso das construções. No período entre 1946 e 1957, o prédio do antigo Cassino foi utilizado para fins diversos.

No ano de 1946, em meio à polêmica referente à consagração da Igreja de São Francisco, o Arcebispo dom Antônio Santos Cabral aponta uma sugestão inusitada para o uso da Igreja: “instalar no local um museu de arte moderna, de modo a contentar “uma corrente não desgostando a outra”. Todos “ficariam com o espírito tranquilo uns servindo sua arte, outros trabalhando na seara do Senhor, sem outra preocupação além de serem úteis.” (ESTADO DE MINAS, 26 ago. 1946 APUD FABRIS, 2000, p. 187). Essa proposta do Arcebispo certamente vinha na esteira de uma requisição de um espaço para um museu de arte na capital por parte de um grupo, no entanto, um museu tão restrito não seria suficiente para suprir esta necessidade. A formação de artistas havia sido, também, uma preocupação presente no projeto modernizador da Prefeitura de Juscelino Kubistchek, com a vinda do pintor e professor Alberto da Veiga Guignard e a formação da escola livre de artes.

Havia uma demanda reprimida dos grupos relacionados ao campo artístico na cidade que desde a década de 1930 passou a cobrar uma política de fomento e valorização das artes plásticas, assim como um local adequado para a realização de exposições.

Em 1936 ocorre o Salão Bar Brasil. Realizado em um bar localizado no porão do Cine Brasil, esse Salão buscou negar a hegemonia da arte acadêmica valorizando a arte moderna. A partir de então, a Câmara Municipal de Belo Horizonte instituiu por meio da Resolução nº 6, uma Exposição Anual de Arte da cidade. No ano seguinte o prefeito de Belo Horizonte, Otacílio Negrão de Lima, assina o Decreto nº 130, que oficializou os Salões de Arte de Belo Horizonte. As obras premiadas nos Salões passavam então a pertencer à Prefeitura. Dessa maneira dá-se início à formação de um acervo artístico municipal, sem, contudo, ter um local de guarda adequado.

Com a oficialização dos Salões em 1937, estes passam a ser realizados no saguão da Prefeitura, onde ocorrem até 1939. Quando Juscelino assume a prefeitura da cidade ele suspende temporariamente os Salões de Arte, que voltam a ser realizados em 1943 em sua quarta edição. Para justificar a suspensão do recém-criado Salão de Arte, JK argumentou que sem uma escola de belas artes na cidade, os Salões serão apenas para amadores.

Juscelino convidou então Alberto da Veiga Guignard para dirigir a Escola de Belas Artes, em 1943. Com a chegada desse artista renomado, os Salões Municipais de Arte são retomados e em 1944 acontece a “Exposição de Arte Moderna”. Sendo esta a primeira exposição coletiva de modernistas, ela aconteceu no segundo andar do Edifício Mariana e contou com a participação de importantes artistas, tais como Tarsila do Amaral, Di Cavalcanti, Anita Malfati, Segall, Goeldi, Portinari, entre outros.

A valorização da arte moderna no Brasil, levou à criação, em 1948, do Museu de Arte Moderna de São Paulo e do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro. Contudo em Belo Horizonte a criação de um museu de arte ocorre tardiamente em relação a essas cidades, pois apesar da crescente produção artística e do incentivo municipal com a realização dos Salões de Arte, apenas em meados da década de 1950 a Prefeitura se mobiliza para a criação desse museu.

Em resposta a uma denúncia feita pelo Jornal Estado de Minas em dezembro de 1948, acerca do total abandono da Pampulha, a prefeitura nega a situação de abandono. Sobre o Cassino, a prefeitura diz que ele seria “sede de manifestações artísticas” (FABRIS, 2000, p. 188). A resposta da Prefeitura é contestada pelo jornal: “Um concerto de vez em quando no Cassino e o trato dos jardins não significam que os poderes públicos estejam tendo o carinho indispensável à conservação dos belos monumentos que se levantaram na cidade-satélite.” (ESTADO DE MINAS, 12 dez. 1948 apud FABRIS, 2000, p. 188)

Outro acontecimento que lança os olhares da cidade para a Pampulha ocorre em 1954: o rompimento da Barragem. Neste momento enfrentam-se, mais uma vez, os defensores da Pampulha construída na gestão de Juscelino e aqueles que questionavam o empreendimento. (FABRIS, 2000, p. 209)

Em 1957, cria-se, finalmente, o Museu de Arte, o que representou, do ponto de vista de um novo uso, a definitiva solução para o cassino. (LANA, 2009, p. 195).

A escolha do prédio do antigo Cassino para abrigar o Museu de Arte da cidade se dá a partir da cobrança da classe artística e com apoio de alguns jornalistas como, por exemplo, Celso Brant, a Prefeitura inicia um processo de reforma do prédio para que esse pudesse abrigar o Museu, contando para isso com o auxílio da iniciativa privada.

Em 12 de dezembro de 1957, o Museu de Arte de Belo Horizonte é inaugurado com a abertura do XII Salão Municipal de Arte, como parte da comemoração dos 60 anos da cidade. No entanto só foi instituído legalmente no dia 23 desse mesmo mês, por meio da Lei nº 674, com o objetivo de criar e manter coleções de obras de arte e promover o debate sobre a produção artística. Desde então, o Museu de Arte da Pampulha vem exercendo relevante papel no fomento e divulgação da produção artística moderna e contemporânea, tanto mineira quanto brasileira.

O tombamento pela UNESCO em 2016

No ano de 2016, durante a 40ª Reunião do Comitê do Patrimônio Mundial, em Istambul, na Turquia, o conjunto, constituído pelo prédio do MAP, pela Igreja de São Francisco de Assis, pelo late Clube e pela Casa do Baile, recebeu o título de patrimônio mundial. O conjunto já havia sido tombado pelo IPHAN em 1997, sendo tombado também pelo Município de Belo Horizonte e pelo Estado de Minas Gerais. Foi o primeiro bem cultural no mundo a receber o título de Paisagem Cultural do Patrimônio Moderno. A Paisagem Cultural é formada por quatro edificações a Igreja de São Francisco de Assis, o Cassino (atual Museu de Arte da Pampulha), a Casa do Baile (Centro de Referência em Urbanismo, Arquitetura e Design de Belo Horizonte) e o late Golfe Clube (late Tênis Clube), construídas entre 1942 e 1943, durante a prefeitura de Juscelino Kubitscheck. As edificações encontram-se articuladas em torno do espelho d'água de um lago urbano artificial, contando também com o painel em azulejo criado por Candido Portinari presente na Igreja da Pampulha, o mural interno e os passos também na mesma Igreja, esculturas de Alfredo Ceschiatti e José Alves Pedrosa, e os jardins planejados pelo paisagista Roberto Burle Marx.

O significado do conjunto para a arquitetura moderna pode ser facilmente apreendido na presença deste nos grandes manuais de história da arquitetura que versam sobre o século XX. Em 2014 foi entregue ao IPHAN o Dossiê de Inscrição na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO na tipologia Patrimônio Moderno. Internamente, no Brasil, houve um incentivo a propostas que buscassem o tombamento internacional de obras a partir do PAC - Cidades Históricas do Governo Federal, o Programa de Aceleração do Crescimento, tendo sido contempladas propostas de restauração do Museu de Arte da Pampulha e da Igreja São Francisco de Assis. No entanto, a ideia de se apresentar a candidatura já existia desde 1996.

Não podemos nos esquecer da relação entre o tombamento pela UNESCO e a valorização dos bens em um mercado internacional, além do uso desse bem para a venda da cidade e a transformação dessas edificações em mercadorias:

“Para Vainer (2000), seguindo-se o planejamento estratégico, a cidade deve ser vendida no mercado global como uma “mercadoria” e, para isso, deve ser gerida tal como uma “empresa”, de acordo com os princípios de produtividade e competitividade, a fim de serem procurados mais investimentos, sendo o city marketing o principal instrumento utilizado para esse fim.” (BONATES, 2009, p. 66)

“(…) receita do fazer estratégico urbanístico: seguem os mesmos preceitos quanto à localização no espaço urbano, formas e superfícies dos edifícios, garantindo a exclusividade para a sobreacumulação da renda de monopólio da obra de arte. Isso significa “uma fusão com a forma publicitária e com a indústria do entretenimento. A relação clássica de forma e função expressa na tectônica do objeto arquitetônico parece estar sendo ‘liquefeita’ para que a arquitetura possa circular mundialmente como imagem de si mesma” (ARANTES, 2008, p. 195). (BONATES, 2009, p.89)

A integração dos edifícios à paisagem é algo marcante no projeto das edificações que em conjunto com o paisagismo de Burle Marx e com parte da Lagoa da Pampulha formam o Conjunto tombado. Niemeyer, cuja formação é tributária de Le Corbusier, criador dos Cinco Pontos da Nova Arquitetura – planta livre, fachada livre, pilotis, terraço jardim e janelas em fita – tem no conjunto da Pampulha um dos maiores exemplares de seu fazer arquitetônico. Ao se pontuar o papel fundamental de Le Corbusier, frise-se também que na mesma reunião do Comitê que tombou o Conjunto da Pampulha, houve o tombamento das obras de Le

Corbusier situadas em vários países, integrando o tombamento do Conjunto a uma valorização de um momento da arquitetura internacional de uma escola arquitetônica.

No momento da candidatura a patrimônio mundial, optou-se por uma ideia de “retorno ao original” que despreza o transcurso da existência do objeto como parte integrante do mesmo. Ressalte-se que essa ideia de retorno ao original está já presente em reportagens dos anos 1995, em um momento de restauração do prédio, em que se falava da necessidade de se derrubar as árvores que não faziam parte dos jardins iniciais planejados por Burle Marx.

Para refletir sobre esse retorno ao original, o texto da escritora Marguerite Yourcener, no qual ela se refere ao tempo, esse grande escultor, traz importantes questões. O problema central das políticas patrimoniais e de uma visão restritiva de patrimônio refere-se justamente ao congelamento do tempo, esquecendo que o tempo, matéria prima da história dos homens, é grande responsável pelas formas materiais e simbólicas que nos constituem. Mesmo os objetos artísticos, mesmo as cidades sendo observadas como objetos estéticos, devemos nos remeter ao transcurso do tempo e da vida sempre limitada desses objetos.

Yourcener refere-se à escultura, mas podemos relacionar sua reflexão à arquitetura:

No dia em que uma estátua é finalizada, sua vida, em um certo sentido, começa. A primeira fase em que ela toma a forma humana pelo trabalho do escultor é finalizada; a segunda fase, a sua travessia pelos séculos, através de momentos alternados de adoração, admiração, amor, ódio e indiferença e sucessivas fases de erosão e atrito, irão trazer a estátua à sua disforme massa mineral da qual o escultor a trouxe à vida.(YOURCENER, 1996, p. 212)

Do pó viestes, ao pó retornarás. E passarás por momentos de adoração, admiração, amor, ódio e indiferença. Os objetos são, antes de tudo, significativos, multissígnicos. No texto de promoção da candidatura do patrimônio, o nome dado é Cassino, seguido dos dizeres “atual Museu de Arte da Pampulha”, o que demonstra o privilégio dado à sua condição de Cassino, valor primeiro para o próprio tombamento. O texto de apresentação da edificação, após discorrer sobre suas características arquitetônicas, é finalizado com os dizeres: “O Cassino

propiciou noites de grande esplendor aos belorizontinos e aos turistas, até 1946, quando foi desativado pela proibição dos jogos de azar no Brasil.” Nas disputas pela memória, a memória do Cassino é privilegiada em detrimento da existência do espaço como Museu por mais de 50 anos. Depois retoma, como curiosidade, a existência da rampa que leva ao Salão de Jogos, que parece solta no ar e o antigo *grill room* – atual auditório, nos dizeres do encarte de propaganda.

O espaço arquitetônico, por pouco tempo Cassino, mas concebido em sua forma inicial como tal, passa a ser Museu, mas um Museu cuja marca é também do Cassino. Entre o grupo de objetos que abriga em seu acervo, a larga maioria de objetos artísticos, existe uma coleção referente ao Cassino, a essa marca inicial, indelével em sua existência. No entanto, o lugar atribuído a essa marca pode ser maior ou menor no que se refere à sua existência ao longo do tempo.

A temporalidade do objeto é algo a ser considerado no momento em que se resolve, a partir de escolhas políticas, de ações dos sujeitos contemporâneos a um momento de existência do objeto, retornar a um original do passado que, em realidade, não ocorre porque é impossível apagar a existência desse objeto ao longo do tempo. A não ser que se apague seletivamente a memória das pessoas e do próprio objeto.

A polissemia do objeto: entre cassino, museu e patrimônio cultural

O Museu de Arte, posteriormente Museu de Arte da Pampulha, ocupa há 60 anos o espaço construído inicialmente como cassino. Esta marca cassino, presente ainda hoje na materialidade de sua existência, no imaginário sobre o espaço, no acervo do Museu, nos documentos que subsidiam a solicitação de tombamento à UNESCO, é inseparável da edificação, assim como a presença desse espaço como Museu de Arte existe há 60 anos. As disputas referentes ao conjunto arquitetônico da Pampulha remontam à sua criação: o espaço teve sua dinâmica inicial ditada pela presença do jogo, do Cassino e de um espaço de diversão para uma elite da cidade e do estado de Minas Gerais. O espaço foi, desde sempre, palco de disputa simbólica e material. O trecho a seguir, de Eduardo Frieiro, demonstra que as críticas remontam aos anos de criação do complexo arquitetônico:

26/04/44 - *A Pampulha é uma criação típica: obra do vício refinado, do luxo que acompanha essa forma aristocrática do vício e, enfim, do capital, que o luxo fomenta e alimenta. A prefeitura criou a Pampulha com o fim de dar a Belo Horizonte um centro de prazer e diversão para as classe ricas e remediadas. Construiu um lago artificial, um Cassino e um clube aristocrático. Os terrenos da Pampulha que pouco valiam, foram comprados pelo privilegiados da política, do governo, da indústria e da finança. Valorizam-se enormemente, logo que a administração municipal, com o dinheiro dos contribuintes, enterrou ali milhares de contos de réis em obras suntuárias, e continua a enterrar sem olhar esbanjamentos.*" (FRIEIRO, 1986, p. 160)

Com a proibição do jogo no ano de 1946 e a perda desta função, o espaço encontra um vazio funcional. Nem mesmo o templo construído consegue efetivar-se enquanto templo devido à não consagração pela Igreja. A Casa do Baile abandonada, o late Clube, em função da não efetivação da Lagoa como um espaço de esportes aquáticos torna-se um simples clube de lazer da capital. A transformação do espaço em Museu vem dar um novo significado ao espaço. Ainda falta uma pesquisa aprofundada para percebermos o significado do Museu para diversos grupos da capital, que se transformaram e ressignificaram os espaços da capital ao longo dos 60 anos da instituição.

Referências Bibliográficas

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Fundação Municipal de Cultura. Arquivo Público. *Relatório do prefeito Juscelino Kubitschek Oliveira para o governador Benedito Valadares Ribeiro: exercício 1940-1941. Belo Horizonte, 1941.* Belo Horizonte, 1941.

BONATES, Mariana Fialho. "El Guggenheim y mucho más" Urbanismo monumental e arquitetura de grife em Bilbao. **Pós** v.16 n.26 • são paulo • dezembro 2009.

CASTRIOTA, Leonardo B. Perspectivas da Pampulha na Belo Horizonte no limiar do Século XXI. In: Mariângela Castro; Sílvia Finguerut. (Org.). **Igreja da Pampulha: restauro e reflexões.** Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2005, v. 1, p. 74-89.

FRIEIRO, Eduardo. **Novo diário.** Belo Horizonte: Itatiaia, 1986.

GARCIA, Luiz Henrique A. . Ruptura e expansão: Pampulha em contrastes (1954-1979). In: Thaís Velloso Cougo Pimentel. (Org.). **Pampulha Múltipla**. Belo Horizonte: Rona/MHAB, 2007, p. 89-110.

LANA, Ricardo Samuel de. *Arquitetos da paisagem*; memoráveis jardins de Roberto Burle Marx e Henrique Lahmeyer de Mello Barreto. Belo Horizonte: Museu Histórico Abílio Barreto, 2009.

MUSEU de Arte da Pampulha. *Entre Salões – Salão Nacional de Arte de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Museu de Arte da Pampulha, 2009.

MUSEU de Arte da Pampulha. *Inventário*. Belo Horizonte: Museu de Arte da Pampulha, 2010.

PIMENTEL, Thaís Velloso Cougo (Org.). *Pampulha Múltipla: uma região da cidade na leitura do Museu Histórico Abílio Barreto*. Belo Horizonte: Museu Histórico Abílio Barreto, 2007.

RIBEIRO, Marília Andrés. *Um século de história das artes plásticas em Belo horizonte*. Belo Horizonte: C/Arte e Fundação João Pinheiro, 1997.

RIBEIRO, Marília Andrés (org.). *Arte e Política no acervo do MAP*. Belo Horizonte: Museu de Arte da Pampulha, 2016.

SILVA, Regina Helena Alves da. A cidade de Minas. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFMG, Belo Horizonte, 1991.

SOUZA, Renato César José de. “A Arquitetura em Belo Horizonte nas décadas de 40 e 50: utopia e transgressão”, in CASTRIOTA, Leonardo Barci (org.). *Arquitetura da Modernidade*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

YOURCERNAR, Marguerite, Time, That Mighty Sculptor. Time. IN: *Historical and philosophical issues in the conservation of cultural heritage*. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 1996.p. 212-215.